

**Intervenção proferida pelo deputado
Luís Henrique Silva na sessão
Legislativa de Outubro de 2005.**

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo

O IX Governo Regional está em funções há quase um ano. Já é altura para se propor uma reflexão sobre a sua Política, e o actual estado da saúde na Região.

Sendo certo que o modelo genérico da saúde, nesta altura, não deverá ser posto em causa, há alguns pormenores muito importantes, entregues ao desleixo, e que se vistos com um olhar de atenção, trarão benefícios significativos, desde logo nas contas da saúde, e não menos importante, na satisfação dos utentes, na motivação dos profissionais, em suma numa melhoria efectiva e real, da prestação de cuidados de saúde neste Arquipélago.

Como é do conhecimento geral o rastreio é a forma mais fácil de prevenir e diagnosticar antes do indivíduo tornar-se sintomático e permite, normalmente, um tratamento mais barato, menos doloroso e com melhor prognóstico.

É chegada a altura de fazer política de saúde a sério nos Açores, acompanhando aquilo que de longa data vem sendo feito a nível nacional ou na comunidade europeia. Pergunta-se assim onde estão os programas de rastreio devidamente organizados que permitam o diagnóstico atempado das doenças de maior índice de mortalidade e morbidade nos Açores?

Falamos do rastreio cardiovascular, oncológico, ou mesmo de patologias infecciosas de alta prevalência como o HIV ou Hepatites.

No caso do rastreio oncológico e no que concerne ao cancro da mama, como é possível entender que muitas das mulheres açorianas tenham de se deslocar a outras ilhas para realizarem uma mamografia, muitas vezes recorrendo a serviços privados para posterior reembolso de quantias irrisórias? Alguém contabilizou os custos envolvidos? Ainda assim assistimos a discussões estéreis sobre a pertinência de quem ou não deve adquirir um mamógrafo portátil, (se a liga ou o Centro de Oncologia) e assim se permanece no marasmo sem uma intervenção vigorosa de quem de direito.

Para quando o rastreio do cancro do cólon?

Para nós os programas de rastreio devem ser universais não privilegiando grupos populacionais em detrimento de outros e de fácil acessibilidade e não camuflados em consultas normais cuja acessibilidade é no mínimo penosa como ainda no passado mês se constatou através da comunicação social, na Ilha Terceira.

Em jeito de remate no que respeita às políticas preventivas em saúde passo a citar o relatório final da Comissão Eventual para o Estudo do Financiamento do Serviço Regional de Saúde:

"Há um défice de cidadania no que diz respeito às questões de saúde que ultrapassa o limite do razoável. É preciso fazer pedagogia junto das pessoas no sentido da prevenção da doença".

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

O Sr. Secretário sabe, (e penso que o tema lhe é bastante caro) que o sistema, privilegia ou deveria privilegiar, a função do Clínico Geral/Médico de Família

como o “gatekeeper”, ou seja o guardião, o orientador do utente, no acesso aos cuidados de saúde diferenciados, com todas as vantagens que daí advêm, e universalmente reconhecidas.

Perguntaria por isso, quantos são os utentes, que não possuem médico de família nesta Região?

Onde estão os programas de incentivos para aumentar o número de clínicos gerais/médicos de família na Região?

Sr. Secretário dos Assuntos Sociais, permita-me que lhe faça uma ou duas sugestões ou até mesmo um desafio, crie um sistema remuneratório para estes médicos baseado no nº de utentes inscritos nas suas listas, o número de actos médicos, o número de doenças consideradas de risco ou sensíveis. Será que não existiria maior equidade e justiça remuneratória com ganhos consideráveis para a população? Mais do que ter médicos de família é fundamental ter cobertura Universal. Crie ainda um sistema de incentivos para fixação na região de especialistas nesta área, aumente o número de bolseiros para esta especialidade e distribua de forma racional o número de especialidades a abrir na região. Finalmente dê a conhecer a oferta de emprego para médicos nos Açores a nível nacional ou mesmo no estrangeiro.

Em 2003 O relatório final da Comissão Eventual para o Estudo do Financiamento do Serviço Regional de Saúde defendeu a elaboração urgente da Carta Hospitalar da Região Autónoma dos Açores. Em 2005 pergunto a Vexa. onde se encontra publicado esse mesmo documento?

Nos Açores existe um Plano Regional de Saúde de valor questionável, contudo é uma virtude a louvar num sistema de saúde, pior que um mau plano é o seu não cumprimento. Muitos dos aspectos acima abordados encontram-se nesse plano, contudo não existe cumprimento das medidas que nele se preconizam e para o exemplificar gostaria que Vexa., o Sr. Secretário dos Assuntos Sociais, elucidasse todos os açorianos sobre o que foi feito em termos de cuidados continuados? Ou mesmo no campo da urgência médica particularmente nas ilhas onde não existe unidade hospitalar?

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

De muito mais se podia aqui discutir, mas tornar-me-ia maçador, no entanto não posso deixar de perguntar que futuro para as Unidades de Saúde de Ilha? Que avaliação foi feita da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, já que a da Ilha de São Jorge existe apenas no papel, porquê?

Quais os benefícios para as populações?

É para alargar às outras Ilhas?

Ou são meros instrumentos para arrumar alguma rapaziada do partido?

Não posso terminar esta intervenção, sem deixar expressa a minha satisfação pelo início das obras de substituição das janelas, pintura da fachada e substituição da cobertura no Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa. Assunto este já anteriormente trazido por mim a esta casa.

Finalmente os utentes e profissionais que nele laboram podem usufruir de condições de habitabilidade consideradas mínimas.

No entanto, gostava de saber, para quando as obras na casa mortuária? Bem como a câmara de congelação de cadáveres? Ou se ainda se continua a pensar que é

aceitável que o mesmo enfermeiro possa servir o internamento e o S.A.P. numa maratona contínua através das escadas que separam os dois pisos onde se encontram estes serviços?

Por último para quando o novo Centro de saúde da Graciosa?

Disse.

Horta, sala das sessões 19 de Outubro de 2005.